

1 **ATA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**  
2 **MS/CEC, E 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE**  
3 **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL/CONGFEHIS, REALIZADA NO DIA 28 DE**  
4 **JUNHO DE 2017, NO AUDITÓRIO DA MS GÁS.**

5 Aos **vinte e oito dias do mês de junho** de 2017, reuniram-se no Auditório da MS Gás,  
6 em Campo Grande/MS, os membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso  
7 do Sul - **CEC/MS: Edinei Marcelo Migliolli** – Secretaria de Estado de Infraestrutura de  
8 MS/SEINFRA-MS, **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Secretária Executiva do Conselho  
9 Estadual das Cidades – CEC/MS e CONGFEHIS; **Edson Guardiano de Oliveira** –  
10 Secretaria de Estado de Justiça de Segurança/SEJUSP-MS; **Antônio Claudio Lanza de**  
11 **Almeida** – Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul/SANESUL;  
12 **Adriano Chadid Magalhães (CEC e CONGFEHIS)** – Secretaria de Estado de Direitos  
13 Humanos, Assistência Social e Trabalho – SEDHATS/MS; **Paulo Cesar Neves de Matos**  
14 – Caixa Econômica Federal/CEF; **João Ricardo Somensi (CEC e CONGFEHIS)** –  
15 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul – CREA/MS;  
16 **Aquino Pereira de Oliveira** – Prefeitura Municipal de Figueirão; **Elza Alves de Matos** -  
17 Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS;  
18 **Valdo Pereira de Souza (CEC e CONGFEHIS)** - Federação das Associações de  
19 Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edson Ageo Maidana** -  
20 Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS;  
21 **Sérgio Paulo Barbosa Rocha** - Federação das Associações de Moradores do Estado do  
22 Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Vany Lucimar Mariano** - Sociedade de Apoio a Moradia/  
23 Movimento Nacional de Luta pela Moradia/SAM/MNLM; **Sânia da Silva Gomes (CEC e**  
24 **CONGFEHIS)** - Sociedade de Apoio a Moradia/ Movimento Nacional de Luta pela  
25 Moradia/SAM/MNLM; **Edymar Fernandes Cintra (CEC e CONGFEHIS)** - Sociedade de  
26 Apoio a Moradia/Movimento Nacional de Luta pela Moradia/SAM/MNLM; **Elizeu Pacheco**  
27 – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado  
28 de MS/FETRICOM-MS; **Claudio Hideaki Kitaguti** – Sindicato Intermunicipal da Indústria  
29 da Construção do Estado de Mato Grosso do Sul – SINDUSCON; **Silvia Bontempo** –  
30 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MS; **Aroldo Abussafi Figueiró** – Instituto de  
31 Desenvolvimento Tecnológico – INDETEC/MS e Ana Claudia D. B. Braga - Associação  
32 Parque Zoológico de MS/APAZOO e os membros que somente fazem parte do  
33 Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social – **CONGFEHIS/MS: Maria**  
34 **Teresa S. Palermo** – **Superintendência de Habitação da AGEHAB-MS; Gisele Peixoto**  
35 **Lima** – **Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ-MS; Auro da Silva** - Federação das  
36 Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Tânia Maria de**  
37 **Souza Marques e César Magalhães** da Secretaria Executiva do CEC; e como  
38 convidados: **Fernando Silva Bernardes**, representante do Tribunal de Contas de MS;  
39 **Ilidia Miglioli Sokoloski**, representante da AGEHAB-MS; **João Mendes da Silva Júnior** –  
40 representante do IMASUL e alguns militantes da Sociedade de Apoio a Moradia/  
41 Movimento Nacional de Luta pela Moradia/SAM/MNLM. A **100ª Reunião Ordinária do**  
42 **Conselho Estadual das Cidades/CEC** teve como pauta: **Abertura; Informes; Posse de**  
43 **Conselheiros; Aprovação da Ata da 99ª Reunião Ordinária do CEC/MS; Balanço dos**  
44 **Projetos protocolados na Caixa Econômica Federal; Definição de pauta para**

45 próxima Reunião e Encerramento e a 44ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do  
46 Fundo de Habitação de Interesse Social/CONGFEHIS teve como pauta: **Informes;**  
47 **Aprovação da Ata da 43ª Reunião Ordinária; Demonstração da arrecadação do**  
48 **FEHIS e Morar Legal e, em conjunto, a Apresentação do Diagnóstico do Plano de**  
49 **Resíduos Sólidos, elaborado pelo Tribunal de Contas de MS, e Definição de pauta**  
50 **para próxima Reunião.** Inicialmente a **Senhora Tânia Marques** cumprimentou a todos,  
51 fez a composição de mesa e falou da importância em se comemorar a centésima Reunião  
52 Ordinária do CEC, pois é um Conselho ativo, incansável e que tem relevantes serviços  
53 prestados a sociedade. Passou a palavra para o Senhor **Presidente Edinei Marcelo** que  
54 fez a abertura da Reunião agradecendo a presença dos Conselheiros, agradeceu ainda o  
55 Senhor Rudel Trindade pela cedência do Auditório da MS Gás. Explicou sobre a  
56 necessidade da Secretaria de Infraestrutura incorporar a Secretaria de Habitação e  
57 colocou-se à disposição para atender as necessidades do Conselho. Em seguida passou  
58 a palavra para a **Senhora Maria do Carmo** que fez os **Informes:** Informou que mais uma  
59 vez, uniu as pautas do CEC e CONGFEHIS, por serem assuntos correlatos aos dois  
60 Conselhos (CEC e CONGFEHIS) e porque há Conselheiros que participam dos dois  
61 Conselhos. Também informou sobre a Reunião do Conselho Nacional, onde discutiram a  
62 realização da Conferência Nacional das Cidades. Abordou que o Conselho Nacional  
63 decidiu emitir uma Moção de Repúdio ao Decreto da Presidência da República nº **9.076**  
64 de 07/06/17 que transferiu a 6ª Conferência Nacional para 2019. Que foram feitas  
65 Proposições de Resoluções: 01) Recomendação para que o Presidente da República  
66 revisasse o Decreto e que a Conferência ocorresse ainda este ano, nos dias 08, 09 e 10  
67 de dezembro; 02) Foi proposto novo calendário para as Reuniões do Conselho Nacional,  
68 inclusive foi proposto uma reunião no mês de julho/2017. O Secretário Executivo (Ariel  
69 Pares) teve a preocupação de explicar o motivo da publicação do Decreto sem uma  
70 Reunião do Conselho Nacional, argumentando que se deram conta que uma data para  
71 acontecer Reunião do Conselho Nacional havia se expirado e poderia haver questões de  
72 improbidade administrativa. Informou ainda que o CEC reservou o Centro de Convenções  
73 para os dias 03 e 04 de outubro (únicas datas disponíveis em 2017). Colocou em votação  
74 a referida data e não houve nenhuma contestação. Prosseguindo a **Senhora Tânia**  
75 **Marques** comunica que será apresentado um pequeno documentário sobre o Conselho,  
76 que é um trabalho amador, porém com a intenção de resgatar a história da criação do  
77 Conselho. Após a apresentação, o Senhor **Presidente Edinei Marcelo** elogiou o material  
78 exposto e solicitou para quebrar o protocolo e comentar a relação do CEC com o Governo  
79 do Estado e vinculação a Secretaria de Infraestrutura. Que entende que o Conselho das  
80 Cidades trás para perto da Administração Pública toda a sociedade civil e dessa forma  
81 pode-se ter um diálogo próximo, que ao longo dos dois anos e meio, vem procurando  
82 priorizar planejamento, pois o problema do nosso país é planejamento. Que o Conselho é  
83 importante para ajudar, opinar e dar direção no sentido de que haja esse planejamento.  
84 Também ponderou que devemos priorizar a questão técnica, pois os critérios políticos e  
85 financeiros passaram a valer mais que os critérios técnicos. Afirma que a Secretaria de  
86 Infraestrutura desenvolve suas ações em cima de projetos executivos, que não se inicia  
87 nenhuma obra sem o projeto executivo. E hoje já se colhe os frutos dessa ação, pois já se  
88 tem obras com o planejamento muito real, com um planejamento financeiro e o mais  
89 importante, executa obras de qualidade. Que deseja diálogo com o Conselho para que

90 haja melhorias para a população. Prosseguindo, passou-se para **Posse de Conselheiros:**  
91 Primeiramente tomou posse a **Secretária Executiva – Maria do Carmo Avesani Lopez,**  
92 em seguida **João Ricardo Somensi** (Conselheiro Titular do CEC e Conselheiro Suplente  
93 do CONGFEHIS), **Sérgio Paulo Barbosa Rocha** (Conselheiro Titular - Movimentos  
94 Sociais), **Elizeu Pacheco** (Conselheiro Suplente – Entidade de Trabalhadores) e  
95 representando as ONG's **Aroldo Abussafi Figueiró** – Conselheiro Titular e **Ana Claudia**  
96 **Bastos Braga** – Conselheira Suplente. Dando continuidade, passou-se para **Aprovação**  
97 **da Ata da 99ª Reunião Ordinária do CEC/MS:** Foi justificado que não houve tempo hábil  
98 para encaminhar a referida Ata e que será enviada para a próxima reunião; **Aprovação**  
99 **da Ata da 43ª Reunião Ordinária do CONGFEHIS:** A referida Ata foi aprovada por todos  
100 os presentes. Em seguida passamos para a pauta conjunta (CEC/CONGFEHIS) -  
101 **Apresentação do Diagnóstico do Plano de Resíduos Sólidos, elaborado pelo**  
102 **Tribunal de Contas de MS:** O palestrante Fernando Silva Bernardes iniciou agradecendo  
103 a oportunidade de explanar o **Programa de aprimoramento da Gestão de Resíduos**  
104 **Sólidos dos Jurisdicionados** e abordando que o Tribunal de Contas ao perceber que  
105 venceu o prazo para que os Municípios providenciasse os aterros sanitários e não  
106 havendo nenhuma mudança no cenário, em 2014 resolveu conhecer a situação dos  
107 Municípios de nosso Estado, verificando os contratos, valores desses contratos, custo  
108 unitário, planilhas de medições, conversando com os gestores, etc, para criar um software  
109 de valor de referência. Através desse levantamento foi possível observar os valores e  
110 analisar se o custo está compatível, está abaixo (aqui temos um problema porque mostra  
111 que o serviço está sendo ineficiente) ou se o custo está acima da faixa (aqui se cria  
112 auditoria). Demonstrou que **68%** dos municípios fazem a coleta de Resíduos sólidos  
113 direta, que **55%** realizam limpeza urbana direta, que **6,5%** realizam coleta dos resíduos  
114 de saúde. Perceberam que o dispêndio financeiro estava sendo na disposição final devido  
115 à falta de planejamento. Elucidou que a FUNASA é o principal órgão que investiu nessa  
116 área de aterro sanitário em nosso Estado. Fomentou 15 aterros sanitários em MS, investiu  
117 R\$ 11,5 milhões (recursos federais) e R\$ 2,5 milhões (recursos estaduais e municipais).  
118 Em 2016 07 municípios tinham aterro sanitário (**8,9%**), 10 municípios realizam o  
119 transbordo (**12,6%**) e com lixão permaneciam 62 municípios (**78,5%**) e 08 aterros  
120 sanitários prontos, porém não conseguem entrar em operação. Um dos grandes  
121 problemas para os resíduos sólidos é que nosso estado tem 80% dos municípios com  
122 menos de 30 mil habitantes, pois não tem escala. Uma das conclusões do Tribunal de  
123 Contas e do Ministério Público é que não adianta cada município ter seu aterro sanitário.  
124 É viável a realização de consórcios públicos. Demonstrou através de tabelas  
125 comparativas, o custo para viabilizar esses consórcios num prazo de 20 anos. Fez também  
126 um comparativo entre o método tradicional (Lei n 8.666/1993) e o método de Parcerias  
127 Pública Privada. O Tribunal de Contas concluiu ainda que a instalação de aterros  
128 sanitários em Municípios pequenos é praticamente inviável economicamente  
129 considerando o longo prazo; Que modelos de licitações atuais (curto prazo) afastam o  
130 capital privado; Que em alguns casos, o trabalho de forma individualizada dos órgãos de  
131 controle levou a gastos que se mostraram equivocados (custo com estudos, compra de  
132 áreas que não serão viáveis, etc.). Elencou ainda algumas ações que devem ser seguidas,  
133 passo a passo: **1)** Modelo regional que seja tecnicamente e economicamente viável; **2)**  
134 Levantamento da situação jurídica de cada região; **3)** Convencimento dos Promotores

135 para adesão ao Projeto; **4)** Reuniões Regionais com Prefeitos e Promotores; **5)** Assinatura  
136 dos Acordos Regionais; **6)** Apoio técnico na questão de busca por recursos  
137 (desenvolvimento de modelo de taxa de resíduos sólidos); **7)** Trabalho de apresentação  
138 para agentes políticos (Vereadores); **8)** Apoio técnico com termos de requisitos mínimos  
139 para editais; **9)** Monitoramento do projeto. Elucidou ainda que tem esperanças que em  
140 2018, MS tenha um novo panorama para essa questão de resíduos sólidos. Apresentou o  
141 livro produzido pelo Tribunal de Contas “**Indicadores de Resíduos Sólidos nos**  
142 **Municípios de MS**”, entregou alguns exemplares e concluiu enfatizando que o apoio do  
143 Governo do Estado é muito importante para a adesão do programa. Colocou-se à  
144 disposição para sanar dúvidas. O Senhor **Presidente Edinei Marcelo** parabenizou a  
145 iniciativa do Tribunal de Contas, afirmou que tem procurado aproximação com o Tribunal  
146 de Contas e com o Ministério Público, no sentido de que cada um, embora tenha a sua  
147 atribuição legal, não impede que haja ações conjuntas para melhoria da qualidade de vida  
148 das pessoas. Que esse trabalho com a iniciativa privada, estabelecendo as condições, as  
149 obrigações de cada um, fazendo com que os contratos sejam cumpridos e abertos para  
150 que o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a sociedade possam se manifestar,  
151 realmente é um excelente trabalho. A **Conselheira Edymar** fala que é um excelente  
152 trabalho, porém deseja resgatar a história de luta das conferências, pois em todas suas  
153 etapas, apontaram para as parcerias e para as Câmaras Técnicas deste Conselho, a  
154 importância dos Consórcios. Quando se escuta a sociedade, quando se acata as  
155 deliberações das conferências nos processos de democracia participativa, onde se  
156 encontram todos os segmentos, a proposta vai atingir seus objetivos. Colocou os  
157 Movimentos Sociais e a Sociedade Civil a disposição para divulgar e mobilizar.  
158 **Conselheiro Aroldo** manifestou sua indignação ao saber que recursos liberados pelo  
159 Governo Federal, no montante de 2 milhões e 800 mil, para saneamento, para  
160 estruturação dos municípios, foi devolvido pelo CREA-MS, que seria o gestor dos  
161 recursos. Comenta que deveríamos ter um Conselho Estadual de Saneamento Ambiental,  
162 bem como um Fundo Estadual de Saneamento. A **Senhora Maria do Carmo** parabeniza  
163 o trabalho do TCE e diz entender que cada um tem sua atribuição. No entanto o TCE está  
164 exercendo sua atribuição, porque se não teria que exercer a obrigação de fiscalizar de  
165 forma inadequada. Explicou para o Senhor Presidente que é importante ele ter a dimensão  
166 deste Conselho. Que já trouxemos aqui, a ANEL, a Águas de Guariroba, dentre outros.  
167 Agora trouxemos o IMASUL para entendermos como aquele Instituto estava tratando essa  
168 questão dos Resíduos Sólidos. Posteriormente ficamos sabendo do trabalho do TCE e  
169 também quisemos conhecer o trabalho. Se o nosso Conselho tem que ser ativo e  
170 propositivo, queremos agora fazer uma discussão para fazer proposições, para que o  
171 Secretário Jaime possa levar ao Senhor Governador. Nós entendemos que há muitos  
172 assuntos importantes na esfera ambiental, porém essa questão dos resíduos Sólidos é de  
173 uma dimensão que se não for tomada as providências necessárias agora, terá um custo  
174 muito alto para consertar. **Conselheiros Aquino** afirma que conhece as parcerias de  
175 “**Público Privado**” e que atualmente é o que funciona neste país, porque a burocracia  
176 instalada no Poder Público, demonstra que “**Não é para funcionar**” e a população é quem  
177 sofre com isso. Também afirmou que há quinze dias atrás houve outro devolvimento de  
178 recursos, através do COINTA/FUNASA, no montante de 1 milhão e 400 mil, que era para  
179 a ampliação do aterro sanitário de Alcinópolis. O **Senhor João Mendes**, Coordenador

180 Técnico do Plano Estadual de Resíduos Sólidos SEMAGRO/IMASUL, informou que já  
181 está em licitação a impressão e digitalização do Plano Estadual de Resíduos apresentado  
182 na reunião anterior e, que provavelmente será lançado no mês de novembro de 2017.  
183 Informou também que já está no site do IMASUL. Declarou ter satisfação em participar  
184 das Reuniões do CEC, pois verificou ser um Conselho dinâmico e participativo. O Senhor  
185 **Presidente Edinei Marcelo** enfatiza que esse projeto não é projeto de um governo e sim  
186 um projeto de Estado, é um projeto de sociedade, onde todos os atores necessitam estar  
187 desprendidos de vaidade. A **Conselheira Edymar** reporta-se ao vídeo produzido pela  
188 Secretaria Executiva agradecendo a homenagem feita o Ex-Conselheiro Baltazar  
189 Sanávria, que foi um Conselheiro atuante desde a criação do Conselho. Também reporta-  
190 se à importância de chegar a centésima Reunião. Que foi um grande crescimento e que  
191 Governo do Estado sempre olhou o Conselho como aliado, que a democracia participativa  
192 é fundamental para a voz da sociedade. Parabenizou a Senhora Maria do Carmo por ter  
193 acreditado no Conselho e a Caixa Econômica por ser parceira. Solicitou ao Senhor  
194 Presidente Edinei que levasse ao Senhor Governador a importância desse Conselho, a  
195 importância do saber popular, a importância da Secretaria. A **Senhora Maria do Carmo**  
196 agradece a explanação do Senhor Leonardo e passa para a próxima pauta:  
197 **Demonstração da arrecadação do FEHIS, Morar legal e taxas operacionais.**  
198 Demonstrou que a arrecadação das prestações normais do FEHIS nos meses de: **abril**  
199 **foi de R\$ 198.978,01 e maio – R\$ 256.521,54; totalizando R\$ 1.163.334,27. A**  
200 **arrecadação do Morar Legal nos meses de: abril – R\$ 142.728,78 e maio – R\$**  
201 **169.187,39; totalizando R\$ 507.127,32. A arrecadação referente as taxas para**  
202 **pagamento de despesas operacionais nos meses de: abril – R\$ 15.953,78; maio –**  
203 **R\$ 21.106,07; totalizando R\$ 93.093,44. O montante do FEHIS e MORAR LEGAL =**  
204 **R\$ 1.670,461,59. O valor acumulado 2015/2016/2017 = R\$ 1.125.535,50. O valor**  
205 **acumulado 2016/2017 referente as taxas = R\$ 303.488,90. A Senhora Presidente**  
206 **Maria do Carmo** elucida que em 2017 dobramos o valor recebido de 2014 a 2015, devido  
207 ao trabalho efetivo de cobrança e que os Movimentos Sociais têm ajudado porque  
208 entendem a importância do recebimento. Prosseguindo a **Senhora Presidente Maria do**  
209 **Carmo** apresenta o **Balanco dos Projetos protocolados na Caixa Econômica Federal:**  
210 **Projeto MCMV FAR –** Caarapó 156 unidades; Campo Grande 592 unidades; Corumbá  
211 280 unidades; Dourados 804 unidades; Sidrolândia 416 unidades. **Projeto MCMV FDS:**  
212 Água Clara 242 unidades; Amambai 100 unidades; Antônio João 100 unidades;  
213 Aquidauana 200 unidades; Bataguassú 102 unidades; Bela Vista 100 unidades;  
214 Bodoquena 35 unidades; Bonito 67 unidades; Brasilândia 100 unidades; Camapuã 50  
215 unidades; Campo Grande 1.164 unidades; Chapadão do Sul 42 unidades; Corguinho 50  
216 unidades; Coronel Sapucaia 150 unidades; Costa Rica 300 unidades; Coxim 150  
217 unidades; Deodópolis 89 unidades; Douradina 78 unidades; Dourados 374 unidades;  
218 Eldorado 42 unidades; Itaporã 50 unidades; Ivinhema 141 unidades; Jateí 50 unidades;  
219 Laguna Carapã 50 unidades; Maracajú 100 unidades; Novo Horizonte do Sul 50 unidades;  
220 Paraíso das Águas 50 unidades; Paranaíba 270 unidades; Ponta Porã 200 unidades;  
221 Selviria 50 unidades; Terenos 50 unidades. **Projeto MCMV PNHR:** Amambai 127  
222 unidades; Aquidauana 205 unidades; Aral Moreira 50 unidades; Bandeirantes 21 unidades;  
223 Caarapó 20 unidades; Camapuã 20 unidades; Campo Grande 169 unidades; Caracol 27  
224 unidades; Corguinho 73 unidades; Coronel Sapucaia 66 unidades; Deodópolis 27

225 unidades; Dois Irmãos do Buriti 192 unidades; Douradina 18 unidades; Dourados 59  
226 unidades; Figueirão 33 unidades; Gloria de Dourados 44 unidades; Iguatemi 39 unidades;  
227 Ivinhema 34 unidades; Japorã 50 unidades; Jardim 46 unidades; Maracajú 84 unidades;  
228 Miranda 386 unidades; Mundo Novo 44 unidades; Nioaque 90 unidades; Novo Horizonte  
229 59 unidades; Paranhos 156 unidades; Ponta Porã 50 unidades; Porto Murtinho 50  
230 unidades; Ribas do Rio Pardo 110 unidades; Rio Brilhante 10 unidades; Rio Verde 57  
231 unidades; Rochedo 40 unidades; Santa Rita do Pardo 43 unidades; São Gabriel  
232 51 unidades; Selviria 55 unidades; Sidrolândia 174 unidades; Tacurú 79 unidades; Terenos  
233 73 unidades; Três Lagoas 31 unidades (**tabela discriminada em anexo**). Explicou que os  
234 municípios/projetos que estão coloridos com a cor laranja foram desenquadrados por  
235 algum motivo, cabe recurso, porém não sabemos se será acatado ou não. Finalizando a  
236 **Senhora Presidente Maria do Carmo** solicita a **Definição de pauta para próxima**  
237 **Reunião:** Para a Reunião do CEC o **Conselheiro Aquino**, solicita convidar o CIDEMA,  
238 COINTA CONISUL, para expor seus trabalhos, se recebem ou não apoio das Prefeituras  
239 Municipais e Governo do Estado, e como estão tratando a questão dos Resíduos através  
240 dos Consórcios. Para a Reunião do CONGFEHIS a **Conselheira Edymar** sugere expor  
241 as contrapartidas para os projetos que foram expostos nesta Reunião e a cesta de  
242 materiais dos lotes urbanizados. Após definição das pautas, a **Senhora Ildia** (Chefe de  
243 Gabinete da AGEHAB) pediu a palavra e falou que no serviço público há colegas em que  
244 lhes é oferecido todas as ferramentas de trabalho e ele não faz nada; outros que não lhes  
245 é oferecido nada de ferramenta e ele tudo e outros em que lhes é oferecido apenas o  
246 essencial e ele faz tudo e um pouco mais. Que a equipe da Secretaria Executiva do CEC  
247 tem poucas ferramentas para trabalho e executam um trabalho como o que foi  
248 apresentado hoje. Agradece o empenho dos servidores Tânia e César. Em seguida a  
249 **Senhora Tânia Marques** diz que os Conselheiros receberam um mimo, que foi ofertado  
250 pelo DETRAN, através da Conselheira Inês, informa que a decoração foi doação da  
251 Senhora Maria do Carmo e Conselheiro Valdo e solicita que todos subam ao palco para  
252 uma fotografia, registrando assim essa centésima Reunião. Nada mais a ser tratado, a  
253 **Senhora Presidente Maria do Carmo** encerrou a reunião às 17h15min. Ata redigida por  
254 **Tânia Marques**.